

AUDIÇÃO PARLAMENTAR N.º 2-GT-AAAO-XII (2013-03-14)**Assunto:** Aplicação do Acordo Ortográfico

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AO), assinado em 1990, possibilita diferentes interpretações das novas regras dado que não estabelece uma ortografia única e inequívoca: a interpretação do vocabulário oficializado em Portugal, a interpretação da Academia das Ciências de Lisboa e a interpretação do vocabulário oficializado no Brasil que, logo após a publicação da sua 5.ª edição, disponibilizou *online* um [Encarte de Correções e Aditamentos à 5ª Edição](#), além de outras possíveis interpretações do texto propriamente dito.

Em 25 de janeiro de 2011, o Governo português oficializou dois instrumentos para a aplicação do AO, o Vocabulário Ortográfico do Português (VOP) e o conversor Lince, desenvolvidos pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC). À data, já existiam no mercado vários vocabulários com respetivos conversores ortográficos e as diferenças entre esses vocabulários e o VOP eram significativas, pelo que foi necessário efetuar alguns ajustes e aplicar novos critérios.

Recentemente, em dezembro de 2012, a publicação do Vocabulário Ortográfico Atualizado da Língua Portuguesa (VOALP), da responsabilidade da Academia das Ciências de Lisboa (órgão que, como se refere no portal da Academia, deve “assegurar ao Governo português consultoria em matéria linguística”), levanta a dúvida de qual o vocabulário a seguir no futuro, dado que há disparidades entre os dois.

Sendo o vocabulário de referência em Portugal, o VOP deveria apresentar uma versão impressa e estável. Como se pode ler no Portal da Língua Portuguesa, os dados são constantemente alvo de atualização. Sendo assim, o que se consulta num determinado momento pode ser alterado a qualquer instante, não havendo notificação sobre essa modificação. Apenas é possível ter conhecimento das alterações pela consulta frequente das próprias unidades. Por exemplo, o composto *primeiro-ministro* já esteve registado sem hífen no VOP, conseqüentemente em notícias da agência Lusa, e voltou a ser hifenizado.

Como não é possível ter acesso a toda a lista de entradas do VOP, não há garantia de que o critério aplicado seja transversal a todos os casos análogos, nomeadamente no caso do emprego do hífen. Este confronto só pode ser efetuado manualmente, o que é muito moroso e pouco fiável devido às constantes atualizações que têm vindo a ser realizadas na base oficial. Cite-se, por exemplo, a dificuldade em saber se o hífen é usado em unidades discursivas lexicalizadas (por exemplo, *maria-vai-com-as-outras*), como referido no

[Guia Rápido para a Aplicação da Nova Ortografia](#) também da autoria do ILTEC, dado que no Portal se fala apenas de locuções e não há qualquer informação sobre este assunto.

O VOP apenas reconhece palavras escritas segundo a nova ortografia. Ao efetuar uma consulta, é necessário saber qual a nova grafia para obter resultados. No entanto, a maior parte dos utilizadores tem memória gráfica das palavras segundo as regras de 1945 (*acção*, *baptizar*, *fim-de-semana*), o que representa à partida uma dificuldade na obtenção de resultados.

A palavra *acção* não se encontra no VOP.
A palavra *baptizar* não se encontra no VOP.
A palavra *fim-de-semana* não se encontra no VOP.
 [consulta *online*, 18 de março de 2013]

No que diz respeito às grafias duplas, não é claro qual a grafia que se deve usar no caso de haver duas formas possíveis para o mesmo vocábulo.

sec·tor
 paradigma flexional: dor

singular	sector
plural	sectores

variante AO de : [setor](#)

se·tor
 paradigma flexional: dor

singular	setor
plural	setores

variante AO : [sector](#)

[consulta *online*, 18 de março de 2013]

Estas formas opcionais causam problemas de utilização, e este tem sido, aliás, um dos pontos que mais dúvidas tem suscitado aos professores e ao público em geral.

O VOP altera algumas disposições do texto oficial em determinados casos: “Por lhes ser feita referência explícita no texto do AO, são registadas no VOP com hífen as seguintes exceções: *arco-da-velha*, *água-de-colónia*, *cor-de-rosa*, *mais-que-perfeito* e *pé-de-meia*. Para todas elas, o VOP assume como também aceitáveis variantes (não preferenciais) sem hífen.” O mesmo acontece com os vocábulos *mandachuva* e *paraquedas* (formas atestadas pelo texto oficial), para as quais o VOP, sem qualquer indicação específica, apresenta as variantes *manda-chuva* e *para-quedas*. Devemos ignorar o texto oficial e seguir o VOP?

Nos critérios de aplicação do AO ao VOP, refere-se o desdobraimento de compostos, nomeadamente vocábulos que designam espécies botânicas e zoológicas, mas que possuem outros sentidos do vocabulário geral da língua, citando os exemplos “*bico-de-papagaio* (flor), *cabeça-de-prego* (inseto), mas *bico de*

papagaio (espondilose), *cabeça de prego* (termo da gíria tipográfica)". No entanto, por exemplo, o vocábulo *flor-de-lis* só aparece hifenizado, que é a forma a usar se se tratar da planta, mas *flor de lis* (emblema) não se encontra no VOP.

O VOP afirma que a referência para o português do Brasil é o “*Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* da Academia Brasileira de Letras, pelo que as variantes indicadas no VOP para o português do Brasil refletem a nomenclatura daquela obra e não trabalho original.”. No entanto, algumas grafias brasileiras não estão de acordo com o vocabulário citado; por exemplo, *baptismo* é considerada grafia do Brasil, quando a única grafia atestada no vocabulário brasileiro é *batismo*.

bap·tis·mo
Brasil
 paradigma flexional: [casa](#)

singular	baptismo
plural	baptismos

 variante AO de : [batismo](#)

[consulta *online*, 18 de março de 2013]

Em conclusão, a aplicação do Acordo carece de esclarecimento nos casos que o texto deixa em aberto e da fixação do vocabulário numa base de dados fechada e estável. É importante que a ortografia seja definida de uma vez por todas, com regras claras e inequívocas, constituindo-se uma base definitiva, estável, em papel ou em formato digital. É conveniente e vantajoso definir uma política linguística que seja um instrumento de conservação do vasto património que representa a língua portuguesa, reconhecendo a pluralidade e diversidade do nosso idioma.